XIII FÓRUM ESTUDANTIL SANTA MARINA 2019

**GUIA DE  
ESTUDOS**

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS

HISTÓRICO DO COMITÊ

O Conselho dos Direitos Humanos foi criado em março de 2006, e é um espaço para tratar temas relevantes da agenda global, sempre tendo por base a discussão da violação dos direitos humanos. O CDH possui 47 países membros.

As sessões do comitê são divididas em agendas, que incluem a discussão de normas de direitos humanos implementadas pelo mundo e votações de resoluções. Ele apresenta caráter recomendatório, assim as resoluções do CDH não são impostas aos estados membros, mas surgem como tentativa de solucionar problemas. Um membro do Conselho pode ter seus direitos e privilégios suspensos, caso cometa qualquer tipo de violação sistemática aos direitos humanos durante seu mandato.

No XIII Fórum do Santa Marina, o comitê buscará uma resolução para a problemática Escravidão na contemporaneidade - Impactos nas relações de trabalho e o desrespeito aos direitos humanos. O CDH deverá analisar a situação de crise e garantir que os estados membros ajam de forma condizente com o objetivo do Conselho.

HISTÓRICO DO PROBLEMA

Desde os primórdios das civilizações, a mão de obra escrava foi utilizada. Oriunda de prisioneiros de guerra, ela era utilizada para trabalhos manuais mais pesados, principalmente. Com o Período Colonial, escravidão se tornou um dos elementos principais da economia das metrópoles. Os negros e indígenas eram vistos como povos inferiores pelos europeus, os quais trabalhavam em lavouras e em minas sob péssimas condições durante toda sua vida, ainda sendo vítimas de violência física. Durante a Revolução Industrial, muitas pessoas eram mantidas em condições análogas à escravidão nas fábricas também.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, foi estabelecida a proibição da escravidão, assim como torturas, penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Outras convenções internacionais trataram do problema, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) , a Convenção sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias e a OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento. Neles, todos os países-membros se comprometeram a proporcionar dignidade ao trabalhador e abolir o trabalho forçado.

Mesmo com tantos documentos, legislações e fiscalização, a escravidão ainda existe. Com a miséria, a fome e o baixo auxílio estatal, pessoas são subordinadas a trabalhos pesados, ameaças psicológicas e até mesmo à violência física. Muitas vezes, elas são enganadas por falsas promessas de emprego e de qualidade de vida, e acabam adquirindo dívidas intermináveis com os seus patrões.

Esse tipo de problema é atrelado à dívida histórica e ao subdesenvolvimento humano e financeiro dos países. Os principais tipos de escravidão que temos, atualmente, estão em indústrias de tecidos e eletrônicos, na lavoura, em propriedades particulares, em salões de beleza e na indústria da pesca, sem contar com a escravidão sexual.

SITUAÇÃO ATUAL

O trabalho escravo contemporâneo consiste no trabalho forçado que envolve restrições à liberdade do trabalhador, no qual ele é obrigado a prestar um serviço, sem receber um pagamento ou receber um valor insuficiente para suas necessidades, e as relações de trabalho costumam ser ilegais.

Atualmente, a escravidão atinge mais de 45,8 milhões de pessoas em todo o mundo. A grande maioria das pessoas nessa situação é atraída por falsas promessas de emprego e melhoria

de vida. Contudo, acabam sendo levadas a lugares isolados, onde têm seus documentos retidos e são atrelados a uma dívida, que deve ser quitada com “trabalho gratuito”. Do total de pessoas em trabalhos forçados no ano de 2016, 58% vivem em cinco países: Índia, China, Paquistão, Bangladesh e Uzbequistão. Somente na Índia, a escravidão atinge 18,4 milhões de pessoas. Já em Bangladesh, existem 1,2 milhão de pessoas em situação de trabalho forçado.

PANORAMAS

ESTADOS UNIDOS

As redes dedicadas ao tráfico humano, as quais sustentam o revoltante mal da escravidão no século XXI, propiciam a entrada anual de quase 18 mil pessoas a esse país para ser submetidas, vendidas ou obrigadas a se prostituir. Há casos em que trabalhadores são vítimas recrutadas em outros países, principalmente da América Latina, e pagam para obter emprego nos EUA, o que os torna vulneráveis à servidão por dívida. Entre os norte-americanos, o trabalho degradante ocorre mais sob a forma de escravidão sexual do que de trabalho forçado.

RÚSSIA

Nela, são exploradas até um milhão de pessoas. Os artigos “Tráfico de seres humanos” e “Uso de trabalho escravo” apareceram na legislação russa só em 2004. A Rússia é um dos cinco países do mundo com mais de um milhão de pessoas que vivem como escravos modernos. Entre esses trabalhadores nascidos na antiga União Soviética, mulheres e crianças são vítimas do tráfico sexual.

CHINA

A população escravizada é de cerca de 3,2 milhões de pessoas. Esse valor elevado pode ser proporcional ao fato de que a China é o país mais populoso do mundo, com mais de 1,3 bilhão de pessoas. A rápida modernização da China e a urbanização, juntamente com a grande migração nacional, seriam a base da escravização de muitas pessoas, especialmente na indústria da construção civil e na mineração.

REINO UNIDO

Migrantes são submetidos a trabalhos forçados na agricultura, construção civil, indústria de alimentos e serviços domésticos. O governo, no entanto, adota política de não penalizar vítimas de escravização ou tráfico humano, já que muitas delas continuam a ser processadas por crimes de imigração.

Os casos de trabalho escravo no Reino Unido são relatados pela organização não-governamental Anti-Slavery International, de 1839, uma das mais antigas organizações abolicionistas do mundo.

FRANÇA

Passou a exigir, desde março deste ano, que as maiores empresas que operam no país monitorem suas cadeias produtivas e publiquem, anualmente, um “plano de vigilância” que identifique riscos ligados a abusos de direitos humanos e ambientais. A medida obriga as empresas a criar mecanismos de coletas de dados, avaliar subcontratadas e fornecedores e monitorar suas operações para mitigar e prevenir violações. O número de vítimas é ainda mais difícil de se avaliar na França pelo fato de que a Justiça prefere processar os “empregadores” por outros motivos de infração à legislação trabalhista.  
  
  
ÍNDIA

O segundo país mais populoso do mundo, a Índia tem o maior número absoluto de pessoas que vivem em condições de escravidão moderna. Os 14,3 milhões de escravos ali presentes são quatro vezes mais do que o número de escravos modernos na China, país na segunda posição do ranking. A prevalência da escravidão na Índia, como em outros países da região da Ásia- Pacífico, é, em grande parte, devida à dependência da economia baseada na mão de obra barata e não qualificada

MYANMAR

É um dos países mais pobres do sudeste asiático, e o governo confisca terrenos e dinheiro, apreende alimentos e propriedades e persegue religiosos. Como exemplo, homens e mulheres da etnia cristã Chin são, frequentemente, usados para limpar campos minados. Em certas áreas, o exército construiu templos usando trabalho forçado.

BRASIL

O governo federal brasileiro assumiu a existência do trabalho escravo contemporâneo perante o país e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1995. Assim, o Brasil se tornou uma das primeiras nações do mundo a reconhecer oficialmente a ocorrência do problema em seu território. De 1995 até 2016, mais de 52 mil trabalhadores foram libertados de situações análogas a de escravidão. Nos últimos anos, essa situação também tem sido verificada em centros urbanos, especialmente na indústria têxtil, construção civil e mercado do sexo. Infelizmente, há registros de trabalho escravo em todos os estados brasileiros.

CONGO

Na República Democrática do Congo, 762.900 pessoas são escravizadas. Apesar da economia forte, o país ainda está entre os menos desenvolvidos do mundo. De acordo com a Walk Free Foundation, décadas de instabilidade política e de uma violenta guerra civil deixaram muitos cidadãos da República Democrática do Congo vulneráveis à escravidão moderna. Outro fator é a rica quantidade de minerais no país, por isso existem ali muitos escravos utilizados na extração de diamantes, cobre e ouro.  
  
HAITI

A maioria dos casos de escravidão é encontrada entre os cerca de 225 mil restavecs (do francês rester avec, “ficar com”) – filhos de pais pobres entregues a famílias mais ricas. A limitada capacidade das instituições do país para responder ao trabalho escravo no Haiti foi ainda mais enfraquecida pelos danos do grande terremoto de janeiro de 2010, que deixou mais de 200 mil mortos e 1 milhão de desabrigados.

COREIA DO NORTE

A maioria dessas pessoas em situação de escravidão no país asiático são vítimas do Estado, que transformou os trabalhos forçados em uma parte central do seu sistema político, assegura este Índice Global de Escravidão 2018. No total, a Walk Free calcula que cerca de 2,6 milhões de norte-coreanos são vítimas de escravidão moderna, embora os números não sejam muito precisos, tendo em vista a dificuldade de se ter acesso a dados confiáveis. Segundo essa estimativa, aproximadamente, um em cada dez habitantes do país sofrem com esse problema.

PAQUISTÃO

Com baixa assistência social do Governo, a população do Paquistão fica refém dos patrões e proprietários, contraindo enormes dívidas com eles e tendo que trabalhar excessivamente para pagá-las. Além disso, os patrões também privam os trabalhadores de terem carteira de identidade e sem ela, não conseguem acesso a direitos básicos de cidadãos.

ETIÓPIA

Em termos absolutos, o país apresenta mais de 650 mil pessoas nas condições de trabalho escravo. A Etiópia só declarou a abolição da escravatura em 1942, o que ajuda a entender o cenário atual.

VENEZUELA

A crise humanitária no país faz com que muitas pessoas migrem para outros lugares para a sobrevivência. Assim, acabam aceitando qualquer oferta de emprego, que, na maioria das vezes, são em condições escravas.

BANGLADESH

Existem mais de 1,5 milhão de pessoas trabalhando em condições de escravidão. As crianças são comumente colocadas para exercer funções em minas e fábricas.